

RAUL ROLAND CLÍMACO SENRA ALVES

A PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA



Belo Horizonte
2017



Copyright © 2017

Impresso no Brasil | *Printed in Brazil*

Conhecimento
www.conhecimentolivraria.com.br

Editores: Marcos Almeida e Waneska Diniz

Revisão: Cybele Souza

Diagramação: Lucila Pangrácio Azevedo

Capa: Waneska Diniz

Foto da Capa: stylephotographs / 123RF Imagens

Conhecimento Livraria e Distribuidora

Rua Guajajaras, 285- Centro

30180-100 Belo Horizonte/MG

Tel.: (31) 3273-2340

Vendas: comercial@conhecimentolivraria.com.br

Editorial: conhecimentojuridica@gmail.com

www.conhecimentolivraria.com.br

Revisor técnico

Christopher Silveira Domingos

Revisão de texto

Christopher Silveira Domingos

Leo Jório Vasconcelos

Colaboradores

Christopher Silveira Domingos

Eliane Cristina da Silva

Leda Lúcia Soares

Luciana da Silva Costa

341.12192 Alves, Raul Roland Clímaco Senra

A474p A pessoa com deficiência na ordem jurídica brasileira / Raul Roland

2017 Clímaco Senra Alves.- Belo Horizonte: Conhecimento Livraria e Distribuidora, 2017.

120 p. ; 21 cm

ISBN: 978-85-93869-01-3

1. Direito civil. 2. Portadores de necessidades especiais – Direito. 3. Portadores de deficiências – Direito. 4. Direitos humanos. 5. Direitos das pessoas com deficiência. I. Título.

CDDir – 341.12192

CDD(23.ed.)– 346.013

Elaborada por Fátima Falci – CRB/6-700

SUMÁRIO

PREFÁCIO	xi
APRESENTAÇÃO	xv
1 O FUNDAMENTO CONSTITUCIONAL DOS DIREITOS DE PERSONALIDADE	1
2 BREVE HISTÓRICO DO TRATAMENTO LEGAL DISPENSADO ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA	11
3 DOS DIREITOS HUMANOS	19
3.1 O tratamento coletivizado dado às pessoas com deficiência pela Lei n. 13.146/2015 (EPD)	22
3.2 A problemática da vigência do § 1º do artigo 2º da Lei n. 13.146/2015 (EPD)	30
3.3 A “plena” capacidade civil reconhecida às pessoas com deficiência pela Lei n. 13.146/2015 (EPD)	35
3.4 O esforço internacional que enseja a necessidade de proteção aos Direitos de Personalidade da pessoa com deficiência e a possibilidade de responsabilização do Estado brasileiro	41
3.5 Alterações legislativas inauguradas pelo Estatuto da Pessoa com Deficiência em matéria de Direito Processual Civil	47
3.6 A controvérsia sociológica	54
3.7 O autismo e a educação inclusiva	58
3.8 Os princípios de Direitos Humanos aplicáveis	62
4 DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS	65
4.1 Dos instrumentos legais aptos a buscarem a efetividade dos direitos outorgados às pessoas com deficiência	66

4.2	A inconstitucionalidade por omissão parcial do Estatuto da Pessoa com Deficiência e o princípio da proibição da proteção ineficiente	71
5	A ORDEM JURÍDICA BRASILEIRA EM VIGOR.....	77
5.1	O instituto da Mediação Interdisciplinar previsto na Lei n. 13.140/2015.....	81
5.2	A viabilidade da Mediação Interdisciplinar como <i>iter</i> processual de verificação da capacidade civil das pessoas com deficiência	86
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	91
7	REFERÊNCIAS.....	93